



## Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

### Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

#### ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE JUNHO DE DOIS MIL E TREZE

“Artigo décimo segundo, número um, alínea b) do Regimento”

-----Aos vinte e oito dias do mês de Junho de dois mil e treze, no auditório do edifício dos Paços do Concelho, Salão Nobre da Câmara Municipal de Almeirim pelas vinte e uma horas e dez minutos, encontrando-se presente a maioria dos membros que compõem a Assembleia Municipal, reuniu esta em sessão ordinária, com o objectivo de dar cumprimento à seguinte Ordem de Trabalhos: -----

-----  
**PONTO UM – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DO EXECUTIVO MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM, DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO, DA LEI NÚMERO CENTO E SESENTA E NOVE, BARRA, NOVENTA E NOVE, DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI NÚMERO CINCO, TRAÇO A BARRA, DOIS MIL E DOIS, DE ONZE DE JANEIRO, CONJUGADO COM O ESTIPULADO NA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM, COM A PREVISÃO DO NÚMERO NOVE DO ARTIGO QUARTO NOS TERMOS DO ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO DO REGIMENTO DESTA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

-----  
**PONTO DOIS – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ADITAMENTO (CLÁUSULAS SEGUNDA E QUARTA), REFERENTE A PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE ALMEIRIM E AS ASSOCIAÇÕES DE PAIS DO ENSINO OFICIAL DE ALMEIRIM E DE FAZENDAS DE ALMEIRIM.** -----

-----  
**PONTO TRÊS - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE UNIFORMIZAÇÃO DA TAXA DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO NA FEIRA MENSAL.** -----

-----  
**PONTO QUATRO - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DA SOLUÇÃO PARA EDUCAÇÃO – PLATAFORMA DE ENSINO ASSISTIDO – ANOS DOIS MIL E TREZE; DOIS MIL E CATORZE; DOIS MIL E QUINZE E DOIS MIL E DEZASSEIS – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DE COMPROMISSO PLURIANUAL (LEI OITO BARRA DOIS MIL E DOZE, DE VINTE E UM DE FEVEREIRO).** -----



### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

**PONTO CINCO** – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RENOVACÃO POR MAIS TRÊS ANOS, DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DO RÉS-DO-CHÃO, DO PRÉDIO SITO NA RUA D. GONÇALO DA SILVEIRA, NÚMERO TRINTA E UM EM ALMEIRIM - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DE COMPROMISSO PLURIANUAL (LEI OITO BARRA DOIS MIL E DOZE, DE VINTE E UM DE FEVEREIRO). -----

**PONTO SEIS** - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA MINUTA DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE PREPARAÇÃO DE PROJECTO DE DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA E RESPECTIVO PROJECTO DE OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DE COMPROMISSO PLURIANUAL (LEI OITO BARRA DOIS MIL E DOZE, DE VINTE E UM DE FEVEREIRO). -----

**PONTO SETE** – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PROLONGAMENTO DE PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALMEIRIM E O CRIAL, VISANDO APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO DESTE ÚLTIMO À CPCJ – COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DO CONCELHO DE ALMEIRIM - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DE COMPROMISSO PLURIANUAL (LEI OITO BARRA DOIS MIL E DOZE, DE VINTE E UM DE FEVEREIRO). -----

**PONTO OITO** – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REVOGAÇÃO DELIBERAÇÃO DE VINTE E QUATRO DE MAIO DA PROPOSTA PARA AJUSTE DIRECTO PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES FIXAS, DE VOZ E DADOS PARA INSTALAÇÕES MUNICIPAIS E AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES FIXAS DE VOZ E DADOS PARA INSTALAÇÕES MUNICIPAIS. ANOS: DOIS MIL E TREZE, DOIS MIL E CATORZE, DOIS MIL E QUINZE E DOIS MIL E DEZASSEIS - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DE COMPROMISSO PLURIANUAL (LEI OITO BARRA DOIS MIL E DOZE, DE VINTE E UM DE FEVEREIRO). -----

**PONTO NOVE** – APRECIACÃO DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA DA 1ª REVISÃO ORÇAMENTAL DE DOIS MIL E TREZE DE ACORDO COM O PREVISTO NA ALÍNEA B) DO NÚMERO DOIS CONJUGADO COM O NÚMERO SEIS E NÚMERO OITO DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI CENTO E SESSENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI CINCO – A BARRA DOIS MIL E DOIS



## Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

DE ONZE DE JANEIRO. -----

### -----PERIODO ANTES-DA-ORDEM-DO-DIA-----

----- (Artigo décimo oitavo, número um do Regimento) -----

Procedeu-se à verificação das presenças dos elementos que compõem a Assembleia Municipal de Almeirim, convocados pelo Senhor Presidente da Assembleia nos termos do número um, alínea b) do artigo cinquenta e quatro da Lei número cento e sessenta e nove, barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, republicada em anexo à Lei número cinco traço A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, conjugado com o número um, alínea **b**) do artigo sétimo do Regimento, tendo-se verificado as seguintes presenças: Na mesa; José Francisco Correia Afonso Marouço, (Presidente da Mesa da Assembleia Municipal); Carlos Manuel Russo Mota (Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia); Teresa Isabel Almeida Filipe (Segundo Secretário da Mesa da Assembleia Municipal); Manuel Botas Soares; Domingos Manuel Monteiro Martins; Manuel Luís da Cruz Bárbara; Luiz Filipe Esteves Neves Inês; Rui Manuel Oliveira Pinto Pires; Duarte Velhais da Mota Cerveira; Maria Manuela dos Santos Ferreira Cunha; Ana Lúcia Mesquita Nunes Gomes Ribeiro; João Miguel Gonçalves Lopes; Maria José Duarte Seródio Dias; Aquilino Manuel Pratas Fidalgo; Pedro António Mendonça Ramos; Susana Margarida Fernandes Mendes; Manuel Virgínia Lourenço; Carla Marina Sousa Jesus Silva; Joaquim Francisco Leonor Sampaio (Presidente da Junta de Almeirim); José David Ventura Gouveia (Presidente de Junta da Raposa); Alfredo da Silva Trindade (Presidente da Junta de Benfica do Ribatejo); do Executivo Municipal, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes (Presidente da Câmara), Pedro Miguel César Ribeiro (Vice-presidente), Maria Emília Castelo A. Botas Moreira (Vereadora), José Carlos Silva (Vereador), José Manuel Aranha Figueiredo (Vereador), Sandra M. Nazário Bettencourt Isabelinha (Vereadora) e Nuno Pinhão Fazenda (Vereador). -----

-----  
Registo de faltas da Assembleia Municipal: Rui Manuel Matilde Galveias; Manuel de Almeida Minderico; Samuel Amorim Prôa e Manuel Bastos Martins (Presidente de Junta de Fazendas de Almeirim). -----

----- Sendo vinte e uma horas e onze minutos, declarou o senhor Presidente da Assembleia Municipal, aberta a sessão. -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »»Estão presentes vinte e um elementos dos vinte e e cinco membros que compõem esta assembleia. Ou seja, treze elementos do Grupo do



### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

PS, três do Grupo do MICA, dois do Grupo da CDU e dois do Grupo do PPD/PSD. Dado que existe quórum, declaro aberta a sessão ordinária de Junho de dois mil e três. -----

----- Pelas vinte e uma horas e quinze minutos, entro na Sala da Assembleia para ocupar o lugar na bancada do PS a Deputada Carla Marina Sousa Jesus Silva. -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Vou começar esta sessão colocando à apreciação, para depois podermos votar, as actas das Sessões do Mês de Abril e Maio de dois mil e doze. Não havendo inscrições, vamos passar à sua votação. -----

----- \* **Votação da acta da sessão ordinária do Mês de Abril de dois mil e treze.** Aprovada com dezoito votos a favor, onze do grupo do PS, três do grupo do MICA, dois do grupo da CDU e dois do grupo do PPD/PSD. Duas abstenções do grupo do PS. -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Passamos à apreciação e votação da acta da sessão extraordinária de vinte e quatro de Maio. -----

----- \* **Votação da acta da sessão extraordinária do Mês de Maio de dois mil e doze.** Aprovada com dezoito votos a favor, onze do grupo do PS, três do grupo do MICA, dois do grupo da CDU e dois do grupo do PPD/PSD. Duas abstenções do grupo do PS. -----

### **-----CORRESPONDÊNCIA-----**

----- (Artigo vigésimo quarto, alínea b) do Regimento) -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**»» Vou passar a dar conta da correspondência recebida. -----

Foi recebida entre a última sessão ordinária da Assembleia, datada de trinta de Abril de dois mil e treze, e a presente sessão ordinária, a seguinte correspondência, enviada por: -----

**PCP** – Partido Comunista Português; Ofício a enviar proposta de Lei número cento e dezanove/XII, proposta de alteração ao artigo quinto – Regime Fiscal das Sociedades Desportivas. -----

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Almeirim**, enviou a esta Assembleia a seguinte documentação: Ofício com assuntos a incluir na sessão extraordinária da Assembleia Municipal do mês de Maio, ofício a enviar Processos de compras, Ofício com assuntos a incluir na sessão ordinária da Assembleia Municipal do mês de Junho, Ofício a enviar cópia de documentação enviada pelo Senhor Vice-presidente ao Ministro da Saúde, Ofício a solicitar a inclusão de mais um ponto à Ordem de Trabalhos de vinte e oito de Junho. -----

**JUNTA DE FREGUESIA DE RAPOSA** – Ofício/convite para abertura das festas de Santo António no dia treze de Junho. -----

**CENTRO PAROQUIAL DE BEM ESTAR SOCIAL DE ALMEIRIM** – Ofício/Convite para



### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

a inauguração das instalações da instituição no próximo dia treze de Julho. -----

**ASSOCIAÇÃO DE REFORMADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS DO CONCELHO DE ALMEIRIM:** Ofício a enviar carta de apresentação e comunicado. -----

**Justificação de Faltas à sessão extraordinária de vinte e quatro de Maio:** Ofício de Armindo Castelo Bento (MICA) a solicitar a justificação de falta para a sessão extraordinária de Maio, Maria José Duarte Serôdio Dias (PS) a solicitar a justificação de falta para a sessão extraordinária de Maio, Sandra Maria Nazário Bettencourt Isabelinha (Vereadora) a solicitar a justificação de falta para a sessão extraordinária de Maio. -----

**Justificação de Faltas à sessão ordinária de vinte e oito de Junho:** Ofício de Armindo Castelo Bento (MICA) a solicitar a justificação de falta para a sessão ordinária de Junho, Ofício de Ana Sofia Casebre (MICA) a solicitar a justificação para a sessão de Junho; Ofício de Fernando Manuel e Oliveira Botas Videira (MICA) a solicitar a justificação de falta à sessão de ordinária de Junho; Ofício de Jorge Veiga Dias (PS) a solicitar a justificação de falta à sessão ordinária de Junho; Ofício de Joaquim Leonor Sampaio a solicitar a justificação de falta à sessão de Junho; Ofício de Maria José Cardoso, a solicitar a justificação de falta à sessão de Junho. -----

Continuando as informações, as senhas de presença, relativas às presenças do primeiro semestre de dois mil e treze e a reunião de vinte e oito de Dezembro de dois mil e doze serão processadas durante a próxima semana. -----

Ainda na mesma senda, as actas da reuniões da Câmara Municipal de três de Setembro de dois mil e doze, vinte e um de Dezembro de dois mil e doze, vinte de Maio de dois mil e treze, três de Junho de dois mil e treze e dezassete de Junho de dois mil e treze, vão à próxima reunião de Câmara, pelo não foi possível ao secretariado da Assembleia fazer a sua distribuição. -----

Ainda no âmbito da informação, dizer que no dia cinco de Junho, sexta-feira, de hoje a oito dias, realizar-se-á no Salão Nobre da Câmara uma palestra sobre; “Idosos e Isolamento Social”. Contará na sessão de abertura com a presença do Senhor Director do Centro Regional de Segurança Social, Drº Tiago Leite, e do Drº José Sousa Gomes, Presidente do Município de Almeirim. -----

Para terminar, no âmbito das solicitações feitas pelo Grupo da CDU, na pessoa da Senhora Deputada Manuela Cunha, será entregue diversa informação, entre elas, o mapa dos empréstimos e o seu faseamento, listagem das diversas sessões que esteve presente na Assembleia Municipal e o parecer solicitado pelo Deputado Veigas Dias, sobre as incompatibilidades no exercício das funções de pertencer a uma Comissão que se encontra em funcionamento. -----

Fica assim terminada a leitura da correspondência e as informações que tinha para dar.



### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

Vou agora abrir as inscrições, para se debaterem assuntos de interesse local, e assuntos relativos à administração municipal. -----

**ALFREDO TRINDADE** (Presidente da Junta de Freguesia de Benfica do Ribatejo) »»

Boa noite a todos os presentes. -----

Gostaria de perguntar ao Senhor Presidente da Câmara se está prevista alguma data para o início da requalificação da Zona Envolvente ao Pavilhão de Benfica do Ribatejo, uma vez que a obra já foi entregue. Obrigado. -----

**PRESIDENTE DA CÂMARA** »» Não é possível dizer neste momento a data exacta em que vão começar as obras. Neste momento o contrato está feito, para que o empreiteiro venha assinar. Depois de assinado tem um período legal para começar as obras, mas, por enquanto ainda estamos nesta fase, ou seja, não lhe consigo dizer exactamente em que dia vai começar. -----

**MANUELA CUNHA** (Grupo da CDU) »» Muito boa noite a todos os presentes. -----

Se bem que não seja um assunto meramente de interesse local, gostaria de dizer algumas palavras sobre a Greve Geral de ontem. Quero louvar e salientar a coragem que tiveram muitos trabalhadores deste país, ao aderirem a esta greve, e com isso perderem um dia de salário, o que não é uma questão menor, hoje em dia para a grande maioria destes trabalhadores. Não tenho ainda os números exactos, mas suponho que também no nosso Município, tenha havido uma grande adesão nos serviços públicos. E se é verdade que muitas vezes, nas pequenas empresas do Concelho, as coisas são diferentes, ainda assim, estamos convictos que não é por falta de vontade desses trabalhadores de aderirem à greve, mas por dificuldades diversas. Dificuldade em perderem um dia de salário, quando estes são muito baixos e dificuldades decorrentes das pressões que algumas entidades patronais exercem sobre os trabalhadores, nomeadamente quando os vínculos laborais são muito precários. Em nome da CDU não queria deixar de saudar esta participação e de sublinhar a importância do que aconteceu ontem no nosso País e que, por certo, irá contribuir para que os governantes comecem a pensar duas vezes nas políticas que estão a levar a cabo. -----

Não quero também deixar passar este momento, sem retomar um assunto ao qual o Senhor Presidente da Assembleia fez menção. O Senhor Presidente referiu-se à Comissão de Acompanhamento dos Concursos da Autarquia, como uma Comissão em funcionamento, muito bem. Mas, eu que sou membro dessa Comissão, já não dou pelo seu funcionamento, se não me engano, há cerca de dois meses ou há mês e meio. O que é estranho, é que não sei porque razão. Como hoje não está aqui o Presidente da Comissão para explicar a razão, e porque lhe compete a ele convocar as reuniões da



### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

Comissão, questão ficará por esclarecer. Não saberemos se é porque o Senhor Presidente da Assembleia Municipal ainda não deu resposta ao pedido que lhe foi dirigido na última reunião da Comissão, no sentido de intervir junto do Presidente da Câmara Municipal para que este nos faça chegar todos os documentos e dados que a Comissão tinha solicitado e que ainda não tinham chegado, ou por outra razão. Os documentos e informações referidos, são muito importantes para que a Comissão possa continuar o processo de clarificação sobre o que se passou com os ex-trabalhadores da ALDESC, nos concursos que decorreram para as piscinas e para outras actividades desportivas e culturais do Concelho. Coloco aqui em dúvida se a Comissão ainda funciona ou não. Em teoria sim, mas na prática já não reúne há algum tempo. Sinto-me numa situação um pouco esquisita, que é a de, como elemento da Comissão, não saber as razões da ausência de reuniões. Não sei se esta situação decorre da ausência de resposta, à Comissão por parte do Presidente da Assembleia, por ausência de intervenção deste junto do Presidente da Câmara ou se este o fez, e se foi o Presidente da Câmara que não deu resposta às informações e dados solicitados. O que sei é que não avançamos. Começamos a aproximar-nos do fim do mandato e fico cada vez mais convicta, do objectivo da proposta do PS em relação à Comissão. Eu não quero ter ou ser acusada de má-fé perante as propostas apresentadas pelos outros partidos, mas é minha convicção desde da primeira hora, que a proposta de constituição desta Comissão só apareceu para contrapor à proposta da CDU que defendia que os concursos deviam cair e que se devia fazer um novo concurso, com um outro júri e com tudo de novo. Essa nossa proposta foi chumbada e apareceu a proposta do Partido Socialista de criar uma Comissão de Acompanhamento dos Concursos. Como membro da Comissão, também me questiono sobre o facto de não haver mais nenhum concurso actualmente na Câmara. A esta Comissão não chegou informação sobre mais nenhum concurso. E quanto aos concursos que acompanhávamos, e que já referi, está tudo “em águas de bacalhau” e estamos a aproximar -nos do fim do mandato sem nenhuma conclusão, o que me parece ser o objectivo.-----

Gostaria ainda de saber porque é que os resultados de um dos concursos que já ocorreu, estou a referir-me ao concurso para o pessoal de limpeza, já foram publicados e os lugares não estão ainda providos, quando os lugares de outros concursos, desse grupo, já foram providos. O que é que se passa? Porque é que isto está a acontecer? Porque é que, depois do concurso, ainda nada foi dito ao pessoal de limpeza? -----

**LUÍS BÁRBARA** (Grupo do PS) »» Boa noite a todos, caros concidadãos, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhor Vice-presidente, Senhores Vereadores, caríssimos deputados municipais. -----



### Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Venho aqui principalmente com uma missão, é dizer que afinal o pero existe, tinha ficado em dúvida na última Assembleia Extraordinária, mas o facto é que o pero existe. Vi em vários sítios, em vários dicionários e em várias enciclopédias, enfim, pesquisei. Esta é a primeira notícia que vos trago. A segunda, é que agradeço a vossa paciência para comigo a longo destes anos que nós aqui estivemos, ao presentes e aos eleitos na anterior Assembleia, a esses peço desculpa pelo mau Presidente que fui, prometo que não vou a reincidir de maneira nenhuma. Por vezes desempenhamos papeis que a militância partidária nos indica, mas que para os quais não estamos minimamente talhados. E, eu não estava talhado para ser Presidente da Assembleia Municipal, foram asneiras atrás de asneiras. -----

A terceira afirmação, peço a suspensão de mandato e prometo que só volto à política sobre a forma de escrita. -----

A quarta verdade; vou-me embora convencido que todos os que aqui estão, todos sem excepção estão convencidos que a sua visão é a melhor para Almeirim. Alguns com uma visão um bocado mais aborrecida, outros menos, mas todos têm uma visão sobre o Concelho, e espero que continuem com as vossas visões. Continuem a pugnar por este Concelho, Ele bem o merece, e vocês também merecem este Concelho. -----  
Obrigado. Boa noite a todos. -----

Ausentou-se antes do final da Assembleia, para não regressar ao seu lugar, o Senhor Deputado Manuel Luís da Cruz Bárbara. -----

**MANUELA CUNHA** (Grupo da CDU) »» Depois desta intervenção do “pero”, ficamos todos com um grande “melão”. -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» É uma decisão pessoal, a qual devemos respeitar. Vamos seguir em frente, pois a vida é isso mesmo. -----

Continuando os trabalhos, vamos agora passar a apresentar um voto de louvor que nos foi entregue pela Junta de Freguesia de Raposa, para o qual peço que seja assumido por toda a Assembleia. -----

O voto de louvor diz respeito ao cidadão Rodolfo do Rosários Marques Dias. -----

-----Voto de Louvor-----

O Executivo da Junta de Freguesia de Raposa, pelo seu Presidente, na Assembleia Municipal de Almeirim, reunida no dia vinte e oito de Junho de dois mil e treze, vem propor um voto de louvor ao cidadão natural e residente da Freguesia de Raposa, Rodolfo do Rosários Marques Dias, pelas brilhantes prestações que obteve neste ano de dois mil e treze, nomeadamente na prova que realizou, nos dias onze e doze de



### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

maio, em Londres, onde se sagou Campeão Europeu 24h Resistência – BTT, na categoria de veteranos masculinos. -----

Feito repetido, passados apenas quinze dias, em Moralzarzal, Madrid, onde obteve medalha de ouro, 24h solo. -----

Solicitamos à mesa da Assembleia Municipal de Almeirim que, se este voto de louvor for aprovado, o mesmo seja enviado a Rodolfo Dias. -----

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE** o voto de Louvor pelo êxitos Rodolfo do Rosário Marques Dias. (Proposta apresentada pelo Grupo do PS). -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Vamos passar ao Período da Ordem do Dia, que como vocês sabem, é extensa, isto é, com dez pontos, pelo que solicitada aos Senhores deputados que fossem o mais parcimoniosos possível na apreciação e que dentro do possível respeitem o que o Regimento estabelece. -----

Assim, como não poderia deixar de ser, passamos à apreciação da informação escrita.

**PONTO UM – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DO EXECUTIVO MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM, DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO, DA LEI NÚMERO CENTO E SESSENTA E NOVE, BARRA, NOVENTA E NOVE, DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI NÚMERO CINCO, TRAÇO A BARRA, DOIS MIL E DOIS, DE ONZE DE JANEIRO, CONJUGADO COM O ESTIPULADO NA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM, COM A PREVISÃO DO NÚMERO NOVE DO ARTIGO QUARTO NOS TERMOS DO ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO DO REGIMENTO DESTA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Pergunto ao Senhor Presidente da Câmara se pretende fazer alguma introdução ao ponto um da ordem de trabalhos? -----

**PRESIDENTE DA CÂMARA** »» Obrigado Senhor Presidente. A informação que foi distribuída, penso que é suficientemente exaustiva para passar a ideia do trabalho que o Executivo desenvolveu desde a última Assembleia, até hoje. -----

Deixo ao critério da Assembleia as considerações que entenderem. -----

**PEDRO RAMOS** (Grupo da CD) »» Boa noite a todos. Gostaria de fazer alguns comentários relativos à Informação Escrita. Uma das situações prende-se com a segunda alínea, onde dizem que; “Concluimos o arranjo paisagístico atrás do Edifício Alfa”. Há duas Assembleia atrás, e na falta do Senhor Presidente da Câmara, quem dirigiu os trabalhos foi o Senhor Vice-presidente Pedro Ribeiro. Eu, fiz-lhe a seguinte pergunta: Se aquela limitação da obra, a partir do arame é o limite da intervenção? -----



### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

O que me foi dito, é que aquelas grandes que lá estavam, que não está abrangida pelo arame, pelo facto dos carros entrarem e sair. O que diz aqui é que a obra esta concluída. A verdade é esta, aquilo está por fazer. Aquela garagem está perigosa, está com uma deficiência em termos de segurança, pois qualquer pessoa pode lá cair. -----  
Das duas uma, ou a obra não está concluída, ou a garagem não foi abrangida pela requalificação. -----

Em relação aos processos em tribunal, o mandato está a acabar. Surge nesta informação uma referência a um processo, possivelmente para se pensar que o assunto não está esquecido. -----

Gostaria ainda de me referir a um assunto que se encontra na página da educação, que diz o seguinte; “Participou-se nos trabalhos inspectivos, avaliação externa e encerramento de escolas, no Agrupamento de Escola de Fazendas de Almeirim, e apenas o último no agrupamento de Escolas de Almeirim”. -----

Gostaria que me explicassem o que é que isto quer dizer. -----

Quanta às presenças do Senhor Presidente nas Associações e organizações do género, o Senhor não estava presente, mas eu vou-lhe dizer uma coisa; acho que o Senhor deveria visitar o *site* da Câmara Municipal de Benavente e verifica as explicações que fazem em relação a tudo o que é reuniões. Para dizer que estas informações escritas estão muito incompletas. Quanto às verbas e as dívidas da Câmara, gostaria de perguntar se desta vez as contas estão correctas, porque da última vez a informação nada referia, só depois de eu começar a falar, apresentaram uma divida de cerca de um milhão de euros. Hoje só gostaria de saber se este valor de divida está correcto. Obrigado. -----

**JOÃO LOPES** (Grupo do PPD/PSD) »» Boa noite a todos. Relativamente a este ponto da Ordem de Trabalhos, como não poderia deixar de ser, e como sempre, fazemos questão de vincar o facto de não ser dado conhecimento relativamente às contas das associadas e participada pelo Município de Almeirim. Também, como já disse o Pedro Ramos antes de mim, está aqui um referido um processo em Tribunal. Já na Assembleia anterior na intervenção desta bancada, tínhamos referido que pelo menos este processo que toda a gente sabe que existe que devia constar da informação escrita. Efectivamente desta vez ele consta, gostávamos muito que ele não constasse do ponto de vista daquilo que é o processo em si e o que gostávamos de ver era os outros processo em Tribunal, pois temos series duvida que este seja o único processo existente. Não vimos qualquer referência, e gostávamos de saber como é que estão algumas das Moções que foram aqui apresentadas e aprovadas nesta Assembleia Municipal como é o caso do Conselho Municipal da Juventude ou o Regulamento de



### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

Atribuição de Subsídios para as Instituições Desportivas, Recreativas e Culturais. Quanto a uma outra sugestão que nós tínhamos dado, que seria de detalhar as actividades, vemos com agrado que isso foi acolhido, e que consta nesta informação. Desta Maneira, permite-nos ter uma visão daquilo que tem sido as actividades do município, tendo acolhido aquilo que nós também falamos, por isso, congratulamo-nos por esta informação estar mais detalhada. -----

Quanto às dívidas a Fornecedores estas baixaram, provavelmente porque já terão sido pagas facturas no âmbito do PAEL, no entanto, gostaríamos de saber qual foi o montante total que já foi despendido relativamente ao dinheiro recebido do PAEL e também saber porque é que o Município mantém dois milhões de euros no banco, tendo dívidas para com fornecedores deste município em cerca de setecentos e oitenta mil euros. -----

Porque não pagar o que se deve, atendendo às dificuldades que os fornecedores têm? - Quanto às contas, já se consegue ver alguma coisa a doze de Junho relativamente àquilo que será a execução do orçamento do ano de dois mil e treze. Relativamente a esse mesmo orçamento, e apesar destas contas parecerem claras do ponto de vista corrente, na verdade o município assume que elas não o vão ser. -----

Quanto às despesas de capital, pela percentagem que está aqui realizada e atendendo ao facto do município ter reduzido fortemente aquilo que é o seu investimento que tradicionalmente consta no orçamento, parece que mesmo assim, não vai conseguir fazer mais do que sessenta por cento, no máximo setenta por cento daquilo a que se propõe, isto mesmo em ano de eleições, e bem que nós sabemos que o PS tem de mostrar serviço este anos, senão a coisa pode correr menos bem. -----

**ALFREDO TRINDADE** (Presidente da Junta de Freguesia de Benfica do Ribatejo) »» não gostaria de deixar passar esta oportunidade sem me congratular com a informação escrita, dado incluir algumas obras que estão previstas para a Freguesia de Benfica do Ribatejo. Enquanto Presidente da Freguesia de Benfica do Ribatejo, fico satisfeito com o agendado. -----

Antes de terminar gostaria de ser esclarecido sobre uma obra que já há algum tempo se iniciou entre Benfica e Cortiçóis, na estrada da Fonte Branca. Consta-se que existe uma obra para aquele local. Como Presidente de Junta nunca ouvi. A obra está parada há bastante tempo, pelo que gostava de saber se o Senhor Presidente me pode informar algo sobre este assunto. -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Terminadas as intervenções dos diversos grupos, vou dar a palavra ao Senhor Presidente para responde ao que achar por conveniente. –



### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

**PRESIDENTE DA CÂMARA** »» Do que me foi possível tomar nota, respondo o seguinte; atrás do Alfa, houve uma alteração de projecto no qual não incluiu o gradeamento daquela rampa, no entanto, neste momento está a ser executada pelos serviços da Câmara, para completar o projecto. Quanto às dívidas omitidas, quero dizer-lhe que realmente foi um lapso na última informação escrita não se ter incluído as dívidas, porque ocorreram mudanças nos serviços de contabilidade, e como tal, não sabiam o que tinham de enviar à Assembleia. -----

Mais processo em tribunal do que aquele que está aqui indicado, pedia quais são esses processos para eu saber e tratar do assunto. -----

Sobre os pagamentos, quero dizer que aquilo que nós recebemos, quer do PAEL, quer por outras vias, os pagamentos estão a ser executados no ritmo que nos permite a entrada dessas verbas, ou seja, não podemos pagar a todos no mesmo dia, mas estão a ser pagas de uma forma ritmada, para que possamos satisfazer todos os encargos que a câmara tem para com os seus fornecedores. -----

A obra que a Câmara têm entre os Cortiçóis e Benfica, muito francamente não sei a que obra se refere, pessoalmente não conheço nenhuma obra da responsabilidade da Autarquia nesse local. -----

**ALFREDO TRINDADE** (Presidente da Junta de Freguesia de Benfica do Ribatejo) »» Quando falei na obra entre Cortiçóis e Benfica, na Rua da Fonte Branca, referia-me a uma obra e a um eventual projecto que existe, que não sei se existe ou não, pois nunca o vi, já estou no fim do mandato, se alguém viu esses projecto, dai a razão de perguntar ao Senhor Presidente o que me podia dizer sobre isso. -----

**PRESIDENTE DA CÂMARA** »» Tentarei fazer chegar ao seu conhecimento algum projecto que exista para aquele espaço. -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Dou por encerrado este ponto, e vamos passar ao ponto número dois, no qual iremos fazer a apreciação e depois a votação de uma proposta de aditamento a um protocolo. -----

**PONTO DOIS – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ADITAMENTO (CLÁUSULAS SEGUNDA E QUARTA), REFERENTE A PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE ALMEIRIM E AS ASSOCIAÇÕES DE PAIS DO ENSINO OFICIAL DE ALMEIRIM E DE FAZENDAS DE ALMEIRIM.** -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Dou agora a palavra ao Senhor Presidente para dizer o que entender sobre o ponto número dois. -----

**PRESIDENTE DA CÂMARA** »» É apenas um ajustamento que procura agilizar as salas da componente de apoio à família. Estamos a tentar melhorar os serviços da nossa



### Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

escola com o que está previsto no ponto dois, por essa razão o trazemos à Assembleia para apreciação. -----

**MANUELA CUNHA** (Grupo da CDU) »» Eu já estava baralhada, e ainda fiquei mais com esta introdução do Senhor Presidente. Em primeiro lugar e não pondo em causa a necessidade destas actividades, de apoio à família, antes pelo contrário, relembro no entanto que a CDU já se pronunciou contra a solução encontrada para pagar os funcionários que garantem essas actividades. Na época, abstivemos-nos por termos bastantes dúvidas sobre a solução encontrada que envolve a Associação de Pais. Essa é a primeira questão. A segunda, é que este assunto já aqui volta pela terceira vez. Em vinte e nove dos seis de dois mil e doze, veio uma primeira proposta à Assembleia, depois na sessão seguinte, apresentaram uma correcção à proposta anteriormente aprovada e agora apresentam uma segunda correcção. Isto só pode querer dizer que a proposta inicial estava um bocadinho mal elaborada ou mal pensada para precisar em tão pouco tempo de tantas correcções, quase uma por sessão. -----

A CDU tem ainda para dizer que não estamos aqui perante um aditamento, tal como anuncia a proposta, mas sim perante uma alteração, é assim que isto se chama. Não estamos aqui a acrescentar nada, estamos sim, a alterar o conteúdo de duas cláusulas do Protocolo, nomeadamente o título da cláusula número dois, e porque? Por razões para as quais a CDU já tinha chamado à atenção. É que na realidade, na primeira proposta de Protocolo, remetia-se toda a responsabilidade para a Associação de Pais, a cláusula número dois tinha por título “Obrigações das Associações de Pais”, agora a nova cláusula proposta já reconhece que essa responsabilidade não pode ser unicamente das Associações de Pais, e por isso a cláusula passa a intitular-se “Obrigações das Entidades Parceiras”, melhorando quanto a nós o Protocolo. É uma diferença ligeira, mas uma diferença importante no que diz respeito à atribuição de responsabilidades que tinha ficado quanto a nós muito mal clarificada no Protocolo aprovado. Aliás, nem compreendemos como é que as Associações aceitaram aquilo. Mas também relembro que não tivemos nenhuma prova das Associações terem reunido e discutido esta questão profundamente e de terem delegado, nos seus presidentes, a sua vontade. Logo da primeira vez, chamamos à atenção para essa ausência de prova. Podem até ter reunido e deliberado, mas nós, nesta Assembleia não tínhamos nenhuma prova disso ter acontecido. -----

Para terminar repito que não estamos perante nenhuma proposta de aditamento, mas sim perante uma alteração a duas cláusulas do Protocolo aprovado. -----

Gostaria ainda de ter algum esclarecimento sobre a proposta de alteração da cláusula



### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

número quatro, relativa ao financiamento, altera-se o valor. Ora a primeira alteração ao Protocolo também já foi para alterar o mesmo valor, estava mal calculado. E agora? -----

A dada altura diz-se que: “A Câmara compromete-se a fazer um pagamento mensal de mil trezentos e vinte euros no agrupamento de escolas de Almeirim e mil e quatrocentos por cada funcionário no agrupamento de escolas de Fazendas de Almeirim”. A minha pergunta é: qual a razão da diferença? -----

Depois de tudo isto, a nossa dúvida mantém-se assim como o receio de que isto corra tudo muito mal. Já o dissemos e mesmo com algumas melhorias, continuamos a discordar da solução. Não somos contra o ajustamento de verbas às necessidades, porém, não compreendemos a razão desta diferença de verba. Por tudo isto a CDU vai - se abster nesta proposta, mantendo exactamente a posição que tem desde o início da discussão deste assunto, nesta Assembleia. -----

**JOÃO LOPES** (Grupo do PPD/PSD) »» O meu pedido de intervenção é para dizer que na segunda vez que este assunto veio à Assembleia a Bancada do PSD chamou à atenção para o facto de não estar diferenciado remunerações diferentes relativamente a funcionários de categorias profissionais diferentes, isso de facto continua a não estar aqui, e é sobre isso que gostaríamos de ser informados ou esclarecidos. O que aqui está é que para Almeirim são necessários oito funcionários dos quais sete como técnicos superiores de animação e educação e um assistente operacional. Para as Fazendas três técnicos superiores de animação e educação. Depois, nas transferências, o que está previsto é que por cada funcionário independentemente da sua categoria, mil trezentos e vinte euros mensais para Almeirim e para as Fazendas, mil e quatrocentos euros mensais, portanto, não há aqui a discriminação das categorias e era sobre isto que gostávamos de obter algum tipo de esclarecimento. Obrigado. -----

**PRESIDENTE DA CÂMARA** »» Como está escrito nos documentos que foram distribuídos, o que está em causa é uma correcção ao protocolo que anteriormente tinha sido assinado, porque houve um erro de cálculo da Associação de Pais de Fazendas de Almeirim, no cálculo que nós devíamos fazer para aquela Associação. O assunto é bem explícito no último parágrafo da segunda página do protocolo. O que estamos aqui a propor é a correcção, penas e só. -----

**MANUELA CUNHA** (Grupo da CDU) »» Volto a colocar a minha pergunta. Já na última vez apresentaram uma correcção, pois não tinham tido em conta os encargos. Nessa altura foi-nos dito que se tinham enganado e colocado o valor do “salário líquido” em vez do valor “salário bruto”, traduzindo isto para linguagem salarial. E agora? Se a Vereadora da Educação tivesse respondido, talvez já tivéssemos ultrapassado o assunto. Não sei se o Senhor Presidente não quer dar a palavra aos Senhores



### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

Vereadores, mas por vezes é bom, pois quem acompanha os assuntos deve estar melhor preparado para esclarecer. -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Senhora Deputada Manuela Cunha, peço-lhe desculpa interromper o seu discurso, mas quero-lhe dizer que essa é a prerrogativa do Senhor Presidente da Câmara. -----

**MANUELA CUNHA** (Grupo da CDU) »» Houve uma consolidação das verbas, e neste momento alteram novamente as verbas! E porque é que o valor atribuído para as Fazendas é mais alto que o valor de Almeirim? -----

Porque é que o valor de Fazendas é mais alto que o valor de Almeirim? -----

**MARIA EMILIA MOREIRA** (Vereadora) »» Boa noite a todos os presentes. Foram feitos dois protocolos no ano de dois mil e doze, e como correram muito bem o trabalho que foi desenvolvido por parte das Associações de Pais, tanto a Associação de Fazendas como a de Almeirim aceitaram continuar com o protocolo. -----

A diferença que existe entre a Associação de Fazendas e a Associação de Almeirim é a seguinte. A Associação de Pais de Almeirim, antes de aceitar o protocolo com a Câmara, fizeram contas a contar com os técnicos superiores. Há uma funcionária que é assistente operacional em Almeirim, ao terem estes funcionários, as Associações têm de ter alguém que lhes faça os processamentos dos vencimentos, com essa margem de diferença que existe entre os animadores socioculturais e a assistente operacional, permitiu fazer a cobertura das despesas que tem com este processo. A Associação de Pais de Fazendas foi por arrastamento atrás da Associação de pais de Almeirim. Quando fez contas, entendeu que os cerca de mil e duzentos euros eram suficientes para fazer a cobertura de toda a despesa mensal. Pouco tempo depois, por não ter acautelado alguns encargos, a Associação de Pais de Fazendas como só tem três animadores e não tem nenhum assistente operacional, a verba atribuída que resulta da diferença do assistente para o técnico superior não é suficiente para pagar as despesas de processamento de vencimentos. -----

Durante o ano lectivo que está agora a terminar, tivemos de arranjar uma forma de fazer esta diferença para que a Associação de Pais de Fazendas conseguisse suportar todas as despesas que tinha. Com a experiência que resultou deste ano, entendemos ajustar o Protocolo para o próximo ano de modo a evitar os constrangimentos que tivemos. -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Como não há mais inscrições, vamos passar à votação. -----

----- \* **Votação do ponto dois da Ordem de Trabalhos:** -----

**DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA E MINUTA** a proposta de aditamento



### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

(Cláusulas 2ª e 4ª), referente a Protocolo a celebrar entre o Município de Almeirim e as Associações de Pais do ensino Oficial de Almeirim e de Fazendas de Almeirim, com dezoito votos a favor, treze do Grupo do PS, três do Grupo do MICA e dois do Grupo do PPD/PSD. Duas abstenções do Grupo da CDU. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Passamos ao ponto seguinte da Ordem de trabalhos, neste caso, o ponto número três. -----

**PONTO TRÊS - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE UNIFORMIZAÇÃO DA TAXA DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO NA FEIRA MENSAL.** -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Dou agora a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para fazer a introdução do ponto. -----

**PRESIDENTE DA CÂMARA** »» Esta é uma proposta simples que foi sugerida pelo Senhor Vereador, no sentido de se uniformizar o preço dos terrados na feira na medida em que havia preços diferente, pelo que foi considerado injusto, ainda mais, atravessando um período difícil que atravessamos. Deste modo, estabeleceu-se um valor único que está na proposta que vos foi distribuída. -----

**MANUELA CUNHA** (Grupo da CDU) »» A questão da justiça ou não da taxas fixadas e até da existência de uma taxa diferente para os residentes no Concelho e para os não residentes, é uma questão politica que podemos discutir. Mas já foi discutida, durante longos anos, nesta Assembleia e a diferença que estava estabelecida visava criar uma discriminação positiva que favorecia os feirantes do Concelho e “proteger” o nosso comércio local, até porque a feira era sentida como uma concorrência quase “desleal” ao comércio tradicional de Almeirim. Ouvi durante muitos anos, eleitos de todos os partidos dizerem aqui que a feira só deixava lixo, que trazia muitos custos à Câmara e a poucos benefícios ao Concelho sendo o maior benefício, o “prazer” que a população tem de ir à feira mensal. O que é uma verdade. A população em geral gosta de ir às feiras. Perante esta situação, o único benefício que havia era de facto o prazer da população, porque feirantes de Almeirim nem eram muitos, a grande maioria era do exterior. Mas reconheço que hoje, os feirantes devem ter problemas, como todos os comerciantes e deve-lhes custar muito pagar esta taxa e se bem que o que deixam em Almeirim, em termos de benefício, não deve ter mudado muito, não temos politicamente e socialmente, nada contra a mudança desta taxa, só que a Lei não nos permite fazer isto assim. Há uma Lei, a Lei cinquenta e três – E - barra dois mil e seis que estabelece as regras para as Câmaras aprovarem, alterarem e definirem as suas taxas. Não



### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

podemos, não temos liberdade para decidir, baseados nesta proposta. Se o fizermos, estamos a incorrer numa nulidade. Uma inspecção pode detectar que o acto incorre numa nulidade e depois? As verbas das taxas cobradas pela Câmara são nulas! Ou seja, podemos ficar perante uma situação difícil. Por isso proponho que a proposta seja retirada e que volte, noutra ocasião, devidamente fundamentada e estrutura de acordo com os trâmites legais. -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» O Senhor Presidente pretende fazer alguma intervenção sobre este assunto? -----

**PRESIDENTE DA CÂMARA** »» Estou a receber informação que foi consultado o Gabinete Jurídico da Autarquia, que atestou que não havia nenhuma irregularidade nesta proposta. De modo que parece-me não haver razão para se pedir a retirada do ponto. -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação. -----

----- \* **Votação do ponto três da Ordem de Trabalhos:** -----

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA E MINUTA a proposta de Uniformização da Taxa de Ocupação de Espaço na Feira Mensal, com dezasseis votos a favor, onze do Grupo do PS, três do Grupo do MICA e dois do Grupo do PPD/PSD. Quatro abstenções, duas do Grupo do PS e duas do Grupo da CDU. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

**MANUELA CUNHA** (Grupo da CDU) »» A CDU só não votou contra esta proposta porque podia ser interpretado o seu voto como uma recusa de alteração do valor da taxa. Valor que poderíamos politicamente aceitar de alterar, mas a grande questão é que com esta proposta não se cumpre a Lei cinquenta e três – E - de dois mil e seis. ----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Passamos ao ponto quatro. -----

**PONTO QUATRO - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DA SOLUÇÃO PARA EDUCAÇÃO – PLATAFORMA DE ENSINO ASSISTIDO – ANOS DOIS MIL E TREZE; DOIS MIL E CATORZE; DOIS MIL E QUINZE E DOIS MIL E DEZASSEIS – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DE COMPROMISSO PLURIANUAL (LEI OITO BARRA DOIS MIL E DOZE, DE VINTE E UM DE FEVEREIRO).** -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Antes de abrir as inscrições, pedia ao Senhor Presidente que fizesse uma introdução do assunto. -----



### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

**PRESIDENTE DA CÂMARA** »» Gostaria de chamar à atenção que se trata de uma divisão de custos plurianual e para se cumprir com o que a Lei determina, tem de ser apreciado e votado na Assembleia Municipal. -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Como não há inscrições para a discussão do ponto quatro, vamos passar à sua votação. -----

----- \* **Votação do ponto quatro da Ordem de Trabalhos:** -----

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE E MINUTA a proposta de aquisição da solução para Educação – Plataforma de Ensino Assistido – anos dois mil e treze; dois mil e catorze; dois mil e quinze e dois mil e dezasseis – autorização prévia de compromisso plurianual (Lei oito barra dois mil e doze, de vinte e um de Fevereiro), com vinte votos a favor, treze votos do Grupo do PS, três votos do Grupo do MICA, dois votos do Grupo do PPD/PSD e dois do Grupo da CDU. -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Passamos ao ponto número cinco da Ordem de Trabalhos. -----

**PONTO CINCO** – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RENOVAÇÃO POR MAIS TRÊS ANOS, DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DO RÉ-DO-CHÃO, DO PRÉDIO SITO NA RUA D. GONÇALO DA SILVEIRA, NÚMERO TRINTA E UM EM ALMEIRIM - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DE COMPROMISSO PLURIANUAL (LEI OITO BARRA DOIS MIL E DOZE, DE VINTE E UM DE FEVEREIRO). -----

-----  
**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» O Senhor Presidente da Câmara deseja fazer alguma apresentação do ponto? -----

**PRESIDENTE DA CÂMARA** »» Sobre este assunto não tenho nada a acrescentar ao que foi enviado aos senhores deputados municipais. -----

**MANUELA CUNHA** (Grupo da CDU) »» Se não me engano, aquele prédio, está arrendado pela Câmara para ser cedido à Associação de Alzheimer. Relativamente à cedência do espaço à Associação, a CDU não tem nada contra, este ou outro, mas num momento eu que temos todos de apertar o cinto, e de reduzir as despesas públicas para que esta redução não seja só feita à custa dos cortes nos salariais dos trabalhadores, pensamos que se poderia encontrar uma solução menos onerosa. Como a Junta de Freguesia de Almeirim mudou recentemente para umas instalações que são manifestamente grandes, não sei se a autarquia, antes de se precipitar na renovação do contrato, não poderia entrar numa base de acordo ou protocolo com a Junta de Freguesia. Por certo que se poderiam fazer divisões naquelas instalações por forma a poder lá instalar a Associação de Alzheimer, e deste modo evitar gastos com este aluguer. -----



### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

Aproveito para perguntar se ainda estamos a pagar renda do espaço que foi cedido ao ACES da Lezíria do Tejo? -----

**JOÃO LOPES** (Grupo do PPD/PSD) »» Muito obrigado. Relativamente a esta proposta, todos nós sabemos para que fins se destina, e sabemos quem está a ocupar estas instalações, no entanto a proposta devia dizer qual é o objecto deste arrendamento, para que fins se destina este arrendamento que está aqui a ser proposto. -----

Nós sabemos, a Senhora deputada Manuela Cunha também já o referiu na sua intervenção, mas devia formalmente constar, até por razões de transparência.-----

Quanto ao valor do arrendamento, e não entrando nos considerandos se a Associação devia ou não ir para a Junta de Freguesia de Almeirim, um arrendamento tendo em conta os valores praticados actualmente, no valor de seiscentos e trinta e nove euros por mês para a área que é, é um preço bastante elevado. É um valor que, na altura de aperto que todos nós vivemos, não fará muito sentido estar-se a fazer uma renovação por este montante, ou então uma renovação naquele local, pois tal com a própria Junta de Almeirim mudou a sua localização aproveitando uma situação muito mais favorável, certamente também o Município poderia arranjar um arrendamento muito mais favorável para a Associação Alzheimer. Gostaria também dizer que este assunto que estamos a discutir é uma proposta para se fazer um subsídio encapotado. O que nos pedem para aprovar é um subsídio que em vez de ser entregue em cheque, é feito em arrendamento. No fundo o que se está a fazer é dar a uma Associação, e não considerando se umas merecem mais que outras, estamos a dar no fundo um subsídio encapotado à Associação Alzheimer. -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Não havendo mais inscrições, dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para fazer as observações que entender. -----

**PRESIDENTE DA CÂMARA** »» Gostaria de dizer que vamos aceitar a sugestão da Senhora Deputada Manuela Cunha. -----

Quanto ao Senhor Deputado João Lopes, não percebi muito bem, se devemos acabar com o subsídio à Associação de Alzheimer, parece-me que foi uma proposta de reprovação. -----

**JOÃO LOPES** (Grupo do PPD/PSD) »» Não foi nada disso que disse, certamente que poderá ouvir a gravação. O que foi dito é que se entregasse os mesmos seiscentos e trinta e nove euros à Associação, eles próprios não iriam querer manter-se naquele espaço, pois nesta altura encontraria outro lugar por valor inferior. -----

**ALFREDO TRINDADE** (Presidente da Junta de Freguesia de Benfica do Ribatejo) »» Estava aqui com uma duvida, e estava a conversar com o Joaquim Catalão que faz parte da Junta de Freguesia de Almeirim para tentar perceber se esta sugestão da



### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

Deputa Manuela Cunha, são só para instalações como sede ou se é também para fazer atendimento ao doentes? Não estou a ver um doente com Alzheimer a subir para o primeiro ou segundo andar do edifício da Junta de Almeirim, ou então a Junta altera o seu atendimento para um piso superior, o que resultaria no mesmo. -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Obrigado pela sua intervenção, o Senhor tocou no essencial da questão. Este assunto é demasiado sério para que se resolva de um momento para o outro sem as devidas considerações. -----

Pergunto ao Senhor Presidente se mantém o ponto cinco? -----

**PRESIDENTE DA CÂMARA** »» Sim, mantenho o ponto cinco. -----

----- \* **Votação do ponto cinco da Ordem de Trabalhos:** -----

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA E MINUTA a proposta de renovação por mais três anos, do contrato de arrendamento do rés-do-chão, do prédio sito na Rua D. Gonçalo da Silveira, número trinta e um em Almeirim - autorização prévia de compromisso plurianual (Lei oito/dois mil e doze, de vinte e um de Fevereiro), com doze votos a favor do Grupo do PS e oito abstenções, Uma do Grupo do PS, três do Grupo do MICA, duas do Grupo do PPD/PSD e duas do Grupo da CDU.-----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

**JOÃO LOPES** (Grupo do PPD/PSD) »» Foi em benefício de todos os cidadãos deste Município e da Associação de Alzheimer que o Grupo do PPD/PSD não votou favoravelmente esta proposta, isto porque, pelo mesmo custo se o Município tivesse entregue este dinheiro à Associação, estamos em crer que eles próprios arranjariam um arrendamento mais barato, e teriam mais dinheiro para desenvolver mais actividades. ---

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

**MANUELA CUNHA** (Grupo da CDU) »» A CDU não colca minimamente em causa o apoio à Associação de Alzheimer, até pelo bom trabalho que tem vindo a desenvolver no nosso Concelho, no entanto considera que pode ser compatibilizado esse apoio à Associação como uma solução menos onerosa, sobretudo numa renda. Quanto à questão dos acessos, pensamos que existem soluções técnicas que poderiam resolver o problema. -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Passamos ao ponto seis da Ordem de trabalhos que consta no Edital desta Sessão. -----

**PONTO SEIS - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA MINUTA DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE PREPARAÇÃO DE PROJECTO DE**



### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA E RESPECTIVO PROJECTO DE OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DE COMPROMISSO PLURIANUAL (LEI OITO BARRA DOIS MIL E DOZE, DE VINTE E UM DE FEVEREIRO). -----

-----  
**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Pergunto ao Senhor Presidente da Câmara se deseja intervir sobre este assunto? -----

**PRESIDENTE DA CÂMARA** »» Senhor Presidente da Assembleia, apenas chamar à atenção que o que está em causa é uma proposta de autorização prévia de compromisso plurianual, para os anos dois mil e treze, catorze e quinze. -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Estão abertas as inscrições para discussão deste ponto. -----

**MANUELA CUNHA** (Grupo da CDU) »» A CDU foi contra a constituição desta sociedade. Ao nível nacional, fomos contra a Lei que determinou a criação destas sociedades e também aqui ao nível local fomos contra a criação da SRU. Com o passar do tempo, o assunto fica cada vez mais claro e a nossa preocupação mais reforçada. Foi a pretexto de ir buscar fundos comunitários que se alterou a Lei e se criam estas sociedades/ empresas. Na CDU costumamos dizer que este é sempre um “bom” pretexto e sempre o mesmo pretexto, para esvaziar os serviços das Câmaras e um conjunto de decisões políticas e coloca-los fora do controlo dos eleitos das autarquias que são eleitos e que respondem directamente perante os cidadãos. Depois verifica-se sempre o mesmo, quando criadas e apenas começam a trabalhar, estas sociedades/empresas precisam afinal sempre do dinheiro da autarquia. Tudo o que vão fazer, vai precisar de dinheiro, pelo que vamos ter de pagar tudo. Então, para isso estávamos todos muito bem com os serviços da autarquia.-----

Sobre a “nossa” SRU, gostaria ainda de ser esclarecida sobre uma coisa. Encontrei funcionários da autarquia a fazer um levantamento dos prédios do dito “centro histórico” para a SRU. Por isso gostaria de ser esclarecida do seguinte: Transitaram funcionários da autarquia para a SRU? Sim ou não? Se sim, quem lhes paga o salário? -----

**JOÃO LOPES** (Grupo do PPD/PSD) »» Relativamente ao que está nesta certidão, diz aqui que ela, foi apresenta pelo Senhor Presidente da Câmara, que por sua vez também é Presidente da SRU, Lt – Poderia ele votar favoravelmente esta proposta? ----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Não há mais inscrições para este ponto? Dou a palavra novamente ao Senhor Presidente da Câmara para se pronunciar sobre o assunto. -----



### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

**PRESIDENTE DA CÂMARA** »» É claro que é uma empresa constituída por todos os municípios que fazem parte da CIMLT, não há nenhum interesse directo meu nesta empresa, sou Presidente do Conselho de Administração com mais cerca de uma dúzia de Presidentes, para além que não ganho um tostão por este desempenho, despendo é do meu vencimento todas as deslocações que tenho da fazer ao seu serviço. -----

**MANUELA CUNHA** (Grupo da CDU) »» Tinha colocado uma pergunta, se havia algum funcionários ou vários que transitaram da Câmara para a empresa, sim ou não? -----

**PRESIDENTE DA CÂMARA** »» Não há funcionários que tenham transitado para a empresa. Há é serviços que são feitos em todos os Concelhos em colaboração com os funcionários das diferentes autarquias. -----

**PRESIDENTE DA CÂMARA** »» Não há funcionários que tenham transitado para a empresa. Há é serviços que são feitos em todos os Concelhos em colaboração com os funcionários das diferentes autarquias. -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Estando prestados os esclarecimentos e não havendo mais inscrições, vamos passar à votação. -----

----- \* **Votação do ponto seis da Ordem de Trabalhos:** -----

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA E MINUTA a proposta da Minuta de contrato de Aquisição de Serviços de preparação de Projecto de Delimitação da área de Reabilitação Urbana e respectivo Projecto de Operação de Reabilitação Urbana - autorização prévia de compromisso plurianual (Lei oito barra dois mil e doze, de vinte e um de Fevereiro), com dezasseis votos a favor, treze do Grupo do PS e três do Grupo do MICA. Duas abstenções do Grupo do PPD/PSD. Dois votos contra do Grupo da CDU. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

**JOÃO LOPES** (Grupo do PPD/PSD) »» A bancada do PSD não votou contra a proposta no sentido de que se ela estivesse legalmente bem feita nós teríamos votado favoravelmente. A questão é que à imagem do que se fez no ponto cinco, em que o Senhor Vereador José Carlos Silva se absteve numa proposta que se relaciona com o CRIAL por se encontrar legalmente impedido, Instituição da qual presumo que não auferir qualquer remuneração, pelo menos é o que consta neste escrito, e é por isso que entendemos que o Senhor Presidente também o devia ter feito neste caso. -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Passamos ao ponto sete. -----

**PONTO SETE – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PROLONGAMENTO DE PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALMEIRIM E O CRIAL, VISANDO APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO DESTA ÚLTIMO À CPCJ – COMISSÃO DE**



### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DO CONCELHO DE ALMEIRIM -  
AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DE COMPROMISSO PLURIANUAL (LEI OITO BARRA DOIS  
MIL E DOZE, DE VINTE E UM DE FEVEREIRO). -----

-----  
**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Dou agora a palavra ao Senhor Presidente da  
Câmara para nos prestar os esclarecimentos que entender. -----

**PRESIDENTE DA CÂMARA** »» Senhor Presidente, não tenho mais nada a acrescentar  
ao que está distribuído aos Senhores Deputados. -----

**MANUELA CUNHA** (Grupo da CDU) »» Quando este assunto apareceu pela primeira  
vez, no ano passado, a CDU colocou aqui algumas dúvidas. Uma delas consistia,  
essencialmente, na necessidade de esclarecimento sobre se este Protocolo podia ser  
feito ou não, entre a Câmara e o CRIAL. Porque na leitura que fazíamos da Lei, não  
interpretávamos, como possível, a realização deste Protocolo. Não tínhamos nenhuma  
dúvida sobre o CRIAL, nem sobre o trabalho que desenvolve. Por isso propusemos o  
adiamento da deliberação por esta Assembleia, para que a Autarquia solicita-se à  
Comissão Nacional da CPCJ um parecer sobre o assunto. Depois a partir desse  
parecer, se a resposta fosse positiva, avançava-se com o Protocolo, se o parecer fosse  
negativo, não se celebrava o Protocolo. Mas, foi recusada aqui, a possibilidade desse  
adiamento e foi recusada a possibilidade de ouvir a Comissão Nacional da CPCJ sobre  
esta matéria. Porém, desde então, calhou estar com entidades ligadas a CPCJ de  
outros Concelhos, coloquei-lhes a dúvida da CDU. A opinião das pessoas que escutei  
ainda agravou mais a dúvida que tinha. Percebi que devíamos ter mesmo pedido um  
parecer. A opinião dessas pessoas é que este Protocolo de transferência de meios e  
competências não podia ter sido feito, nem com o CRIAL, nem com nenhuma outra  
entidade que integre a CPCJ de Almeirim e que intervenha directamente com crianças.--  
O CRIAL, ou qualquer outra entidade que trabalha directamente com crianças, pode vir  
a ser, ela própria, interpelada pela CPCJ por situações problemáticas em relação às  
crianças e jovens pelos quais é responsável. Todos nós, já vimos na televisão casos  
desses. Por isso nunca pode ser uma entidade com trato directo com as crianças a  
assegurar o secretariado, não pode ser “juiz em causa própria”. Esta foi a opinião que  
me foi expressa por várias pessoas que estão, à longos anos ligadas a CPCJ.-----  
A posição da CDU, é de que deveríamos pedir parecer à Comissão Nacional e até lá  
fica a nossa abstenção. -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Como não há mais inscrições para a discussão  
deste ponto, vamos passar à votação. -----



## Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

----- \* **Votação do ponto sete da Ordem de Trabalhos:** -----

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA E MINUTA a proposta de prolongamento de Protocolo entre o Município de Almeirim e o CRIAL, visando apoio Técnico e Administrativo deste último à CPCJ – Comissão de Protecção de Crianças e Jovens do Concelho de Almeirim - autorização prévia de compromisso plurianual (Lei oito barra dois mil e doze, de vinte e um de Fevereiro), com dezassete votos a favor, treze votos do Grupo do PS, dois votos do Grupo do MICA e dois votos do Grupo do PPD/PSD. Três abstenções, uma do Grupo do MICA e duas do Grupo da CDU. -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Passamos ao ponto oito da Ordem de trabalhos de hoje. -----

**PONTO OITO – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REVOGAÇÃO DELIBERAÇÃO DE VINTE E QUATRO DE MAIO DA PROPOSTA PARA AJUSTE DIRECTO PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES FIXAS, DE VOZ E DADOS PARA INSTALAÇÕES MUNICIPAIS E AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES FIXAS DE VOZ E DADOS PARA INSTALAÇÕES MUNICIPAIS. ANOS: DOIS MIL E TREZE, DOIS MIL E CATORZE, DOIS MIL E QUINZE E DOIS MIL E DEZASSEIS - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DE COMPROMISSO PLURIANUAL (LEI OITO BARRA DOIS MIL E DOZE, DE VINTE E UM DE FEVEREIRO).** -----

-----  
**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Peço ao Senhor Presidente da Câmara, para caso o deseje, fazer a introdução ao ponto. -----

**PRESIDENTE DA CÂMARA** »» A introdução do Senhor Presidente da Assembleia foi perfeita. -----

**JOÃO LOPES** (Grupo do PPD/PSD) »» Relativamente a este ponto temos apenas aqui uma questão que gostaríamos de colocar ao Senhor Presidente, que é a seguinte; Quais são as condições que não existiam nos Municípios, e se agora esses, participam no concurso? O que é que se alterou? -----

**PRESIDENTE DA CÂMARA** »» Peço imensa desculpa, mas recuse-me a revelar nesta Assembleia quais foram as condições dos outros Municípios. -----

**JOÃO LOPES** (Grupo do PPD/PSD) »» Nós simplesmente estamos a perguntar relativamente ao texto que está aqui escrito e dado que este assunto vai ser feito em conjunto, e se os outros Municípios não o puderam fazer antes, porque é que o podem fazer agora? -----

**MANUELA CUNHA** (Grupo da CDU) »» A minha intervenção é só para reagir à atitude do Senhor Presidente. É um segredo inútil, pois nós vamos às actas das Câmaras dos



### Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

outros Concelhos e ficamos a saber, aliás até ficamos a saber coisas da CIMLT que dizem respeito ao Concelho de Almeirim, das quais deveríamos ter tomado conhecimento aqui.-----

Por isso acho que não vale a pena todo esse “secretismo”, dado que os dados das outras Câmara são registados em actas que podemos consultar. -----

**PRESIDENTE DA CÂMARA** »» A intervenção da Senhora Deputada Manuela Cunha alivia-me o espírito. Ela vai às actas e fica com o problema resolvido. -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Vamos passar à votação. -----

----- \* **Votação do ponto oito da Ordem de Trabalhos:** -----

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA E MINUTA a proposta de revogação deliberação de vinte e quatro de Maio da proposta para ajuste directo para aquisição de serviços de Comunicações Fixas, de Voz e dados para instalações Municipais e autorização para abertura de concurso público de aquisição de serviços de Comunicações fixas de voz e dados para instalações municipais. Anos: dois mil e treze, dois mil e catorze, dois mil e quinze e dois mil e dezasseis - autorização prévia de compromisso plurianual (Lei oito barra dois mil e doze, de vinte e um de Fevereiro), com dezoito votos a favor, treze do Grupo do PS, três do Grupo do MICA e dois do Grupo do CDU. Duas abstenções do Grupo da PPD/PSD. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

**JOÃO LOPES** (Grupo do PPD/PSD) »» A nossa abstenção deve-se ao facto de ter sido negado qualquer esclarecimento relativamente ao que constava na proposta que foi feita no Município de Almeirim e que nos afecta directamente. -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Passamos de imediato ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----

**PONTO NOVE – APRECIÇÃO DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA DA 1ª REVISÃO ORÇAMENTAL DE DOIS MIL E TREZE DE ACORDO COM O PREVISTO NA ALÍNEA B) DO NÚMERO DOIS CONJUGADO COM O NÚMERO SEIS E NÚMERO OITO DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI CENTO E SESSENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI CINCO – A BARRA DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO.** -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» O Senhor Presidente do Executivo pretende fazer alguma introdução a este ponto? -----



### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

**PRESIDENTE DA CÂMARA** »» Estamos a apreciar a introdução do saldo da nossa conta de gerência, que como sabe, era necessário fazer-lo nesta Assembleia, e as rubricas pelas quais nós repartimos o saldo na nossa conta de gerência foram as que se encontram na página um. -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Feita a nota introdutória, abro as inscrições para este ponto. -----

**JOÃO LOPES** (Grupo do PPD/PSD) »» Há aqui duas coisa que estão em apreciação neste momento, uma é uma coisa normal e obrigatória, que é autorizar que o Município possa utilizar este saldo que vem da gerência anterior e que possa fazer despesas com este dinheiro. É apenas um procedimento. -----

Outra coisa que já tem cariz de natureza politica e de gestão é o que fazer ao dinheiro? Aqui existem algumas divergências. Já antes quando foi o debate do orçamento o Município apresentou algumas vias e eixos de orientação que acham ser a estratégia para o Município, e o PPD/PSD discordou relativamente ao uso de algumas das verbas. Relembrando apenas três ou quatro delas, nós queremos que as Fazendas de Almeirim tenham um espaço algo comparado à Biblioteca Municipal de Almeirim, que seja um espaço multiusos, gostávamos que houvesse um espaço desportivo amplo, neste caso com a aquisição dos celeiros em Almeirim, já falámos em reformulações das escolas do primeiro ciclo e falamos de um espaço desportivo informal junto à escola básica dos Charcos para além de completar a circular urbana. Obviamente que este dinheiro não dará para todas estas obras, prioridades devem existir, mas a verdade é que se o Município tivesse a ser gerido de outra forma poderá dar para muito mais. O motivo é muito simples. Aquilo que o Município está aqui a dizer, pelo dinheiro que nos apresenta é que precisa para fazer face a despesas normais de funcionamento de mais um vírgula sete milhões de euros, portanto, se este Município estivesse a ser gerido como é o desejo do PPD/PSD não seria necessário estar a reforçar em mais um virgula sete milhões de euros nas despesas correntes. Isto significa que este executivo tem a braços um grande desequilíbrio corrente, mas isto também já nós sabíamos e temos vindo a chamar à atenção. -----

**MANUELA CUNHA** (Grupo do PPD/PSD) »» De facto esta duas propostas não deviam ter vindo juntas, uma coisa é aprovar a transição de saldos de um ano para o outro, outra coisa é por à aprovação a utilização desse mesmo dinheiro. De qualquer forma a CDU vai-se abster nesta votação, atendendo que discordámos do orçamento da Câmara quando da sua apresentação e que a alteração agora introduzida não altera no fundamental os seus pilares em termos estratégicos para o Concelho. Dito isto, gostaria de me pronunciar sobre a intervenção do PSD/PPD que acabo de ouvir. Em politica, a



### Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

coerência é uma coisa muito difícil e muito rara. Se o Gaspar, aquele fantasma que anda ai a assustar o povo português, estivesse aqui a ouvir o Deputado João Lopes, mandava as mãos ao céu. Na Assembleia da Republica ouvimos, todos os dias, o seu partido repetir que há imensos gastos em despesas públicas que têm de ser cortados, que se construíram centenas de infra-estruturas que não se deviam ter construído, em alguns caso até concordo, não sendo eu contra todos os cortes e a favor de todos os investimentos, acho no entanto que todas as populações, em todos os lugares, têm o direito a terem equipamentos e condições dignas de vida. Achando a CDU que precisamos de muito mais investimento, não deixamos também de defender que devemos sempre ponderar bem os nossos investimentos, que é sempre necessário ter em conta e gerir bem os nossos recursos. Agora vir o PSD fazer este discurso! O mesmo PSD que todos os dias nos manda apertar o cinto em nome das despesas que se fizeram anteriormente! Aí não há coerência. Esperamos que as pessoas não se deixem ir pelos discursos. E agora também não é o vosso discurso que vamos apreciar e votar, mas não podia deixar passar a intervenção da bancada do PSD/PPD sem fazer esta observação. -----

Quanto à proposta apresentada e em votação a CDU irá abster-se.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Como não há mais intervenções para este ponto, vamos passar à votação. -----

----- \* **Votação do ponto nove da Ordem de Trabalhos:** -----

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA E MINUTA a proposta da Câmara da 1ª revisão orçamental de dois mil e treze de acordo com o previsto na alínea b) do número dois conjugado com o número seis e número oito do artigo cinquenta e três da Lei cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco – A barra dois mil e dois de onze de Janeiro de dois mil e dois, com catorze votos a favor, doze do Grupo do PS e dois do Grupo do MICA. Dois votos contra do Grupo do PPD/PSD. Quatro abstenções, uma do Grupo do PS, uma do Grupo do MICA e duas do Grupo da CDU. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

**JOÃO LOPES** (Grupo do PPD/PSD) »» O grupo da Bancada do PPD/PSD foi eleito para esta Assembleia para fazer politica e defender os cidadãos do Município de Almeirim, votou contra porque entende que esta proposta não defende os cidadãos de Almeirim tal como o seu orçamento não defendia. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----



### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

**ALFREDO TRINDADE** (Presidente da Junta de Freguesia de Benfica do Ribatejo) »» A minha abstenção deve-se ao facto de não concordar com os setecentos e vinte mil euros para a construção da Base de Forças Especiais de Bombeiros. Não sei o que é que essas forças especiais trazem ao Concelho, não sei se vamos ganhar ou perder com a presença dessas forças especiais, o que eu sei é que são mais setecentos e vinte mil euros que os munícipes vão ter de pagar. Gostava de saber qual é a sua relevância no nosso Concelho e se merece a pena fazer este investimento. -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Vamos passar ao dez da Ordem de Trabalhos. Tratasse de um ponto cuja introdução na Ordem de Trabalhos nos foi solicitada um pouco mais tarde, mas ainda dentro dos prazos que era necessário observar. -----

**PONTO DEZ - APRECIACÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO PARA O PROSSEGUIMENTO DE PROCEDIMENTO CONCURSAL, CUJO PRAZO APÓS A SUA ABERTURA JÁ DECORREU SEIS MESES, NOS TERMOS DA ALÍNEA D) DO NÚMERO SETE DO ARTIGO SESSENTA E QUATRO DA LEI CENTO E SESSENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, NA REDACÇÃO INTRODUZIDA PELA LEI CINCO – A BARRA DOIS MIL E DOIS, DE ONZE DE JANEIRO.** -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Senhor Presidente o que é que lhe apraz dizer sobre este assunto? -----

**PRESIDENTE DA CÂMARA** »» Senhor Presidente, com a sua intervenção disse tudo sobre o assunto. -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Estão abertas as inscrições para a apreciação do ponto dez da Ordem de Trabalhos. -----

**MANUELA CUNHA** (Grupo da CDU) »» Primeira questão: Parece-nos que vem aqui uma proposta que não foi à reunião de Câmara! Esta é uma novidade. Salta-se por cima da Câmara e as propostas vêm directamente à Assembleia! Não tenho notícia que alguma vez isto tenha acontecido em algum outro Município. Não me parece que seja legal e que seja uma prática política correcta, por isso, acho que este ponto deve ser retirado. Se não foi à reunião de Câmara, nem devia estar aqui a ser discutido. Penso que a Câmara não pode aprovar retroactivamente decisões da Assembleia. -----

O ponto mantém-se? -----

Então segunda questão: Já foi aqui apresentada uma proposta referente a este assunto sobre a qual a CDU já teve oportunidade de se pronunciar. Fomos contra a abertura deste concurso. Uma posição justificada pelos seguintes factos: As imposições legais, das quais discordamos, mas que estão actualmente em vigor não permitirem, à Câmara, abrir este concurso; Entendemos que para as funções que se prevêm, não se



### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

justifica a criação de uma directora de museu e que há funcionários na autarquia competentes para desempenhar essas funções. Já o dissemos diversas vezes e esta foi logo a posição da CDU aquando da deliberação inicial de abertura deste concurso. -----

Terceira questão. O que nos pedem hoje é de aprovar o prolongamento este concurso, utilizando uma “manha”.-----

Não só a proposta não foi ainda aprovada pela Câmara como a informação que nos é dada tenta confundir-nos.-----

Uma informação dos Recursos Humanos diz que o concurso não pode ser aberto, justificando esta posição no facto da proposta violar a Lei dos “dois por cento”. Esta informação dos RH é corroborada, na primeira página, por um pequeno parecer do jurista da Câmara.-----

Mas estranhamente, nas traseiras da informação dos Recursos Humanos, o mesmo Jurista, dá novo parecer, onde “se esforça” por dar o dito por não dito, dizendo que afinal não é bem assim, que até podemos deliberar abrir o concurso, desde que o procedimento concursal do mesmo se “estique” até ao ano que vem, até 2014! Segundo o parecer deste Jurista, como o Orçamento de Estado do próximo ano ainda não foi aprovado, nada está ainda proibido, depois quando lá chegarmos, então nessa altura logo se verá se é possível continuar ou não! -----

Desculpem lá mas isto não é sério. Nós já fomos contra a abertura deste concurso, e face a escandalosa falta de seriedade da proposta aqui apresentada obviamente que vamos votar contra o seu prolongamento. -----

**LUIS INÊS** (Grupo do PPD/PSD) »» No seguimento da nossa intervenção relativamente à deliberação da Assembleia Municipal de vinte de dezembro, na qual a bancada do PSD não concordava com a abertura deste concurso, referenciando a dinâmica criada pela autarquia relativamente a inúmeras parcerias com outras instituições, experiência que deveria ser aproveitada para esta situação particular. A bancada do PSD, na altura, sugeria a formação de um protocolo entre a Associação de Defesa do Património e a Autarquia. O trabalho meritório desenvolvido pela Associação de Defesa do Património Histórico e Cultural do Concelho de Almeirim e o seu âmbito de intervenção se coadunam com os propósitos operativos do concurso, porque não recorrer-se aos inúmeros técnicos licenciados em História ou outros com formação em História de Arte ou Antropologia que estão presentemente desempregados e a receber subsídio de desemprego? Se a opção fosse esta até se poderia garantir outros parceiros, nomeadamente o Centro de Emprego, situação esta que traria com certeza mais vantagens em virtude da repartição dos encargos não recair somente sobre a Autarquia.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Não há mais inscrições sobre este ponto? -----



### Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Senhor Presidente pretende fazer algum esclarecimento sobre este assunto. -----

**PRESIDENTE DA CÂMARA** »» Não Senhor Presidente. -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Vamos passar à votação do último ponto da Ordem de Trabalhos, ou seja o ponto dez. -----

----- \* **Votação do ponto dez da Ordem de Trabalhos:** -----

DELIBERADO REJEITAR POR MAIORIA E MINUTA a Proposta de autorização para o prosseguimento de procedimento concursal, cujo prazo após a sua abertura já decorreu seis meses, nos termos da alínea d) do número sete do artigo sessenta e quatro da Lei cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro, na redacção introduzida pela Lei cinco – A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, com três votos a favor, um do Grupo do PS e dois do Grupo do MICA. Cinco votos contra, um do Grupo do PS, dois do Grupo do PPD/PSD e dois do Grupo da CDU. Doze abstenções, onze do Grupo do PS e uma do Grupo do MICA. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

**MANUELA CUNHA** (Grupo da CDU) »» O voto da CDU é um voto contra e era para ser um voto de vencido, mas neste caso, foi um voto ganhador. Esta é uma situação pouco habitual nesta autarquia. -----

Não posso deixar de acrescentar que esta votação traduz a falta de seriedade como este assunto veio à Assembleia. Uma prática que não dignifica este Órgão, nem a Câmara. Mostram uma prática leviana na gestão autárquica. A CDU lamenta que assim tenha acontecido. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

**ALFREDO TRINDADE** (Presidente da Junta de Freguesia de Benfica do Ribatejo) »» A minha abstenção resulta do facto de discordar totalmente com este assunto. Recentemente, tínhamos uma Vereadora que foi eleita democraticamente, e por razões que todos conhecemos, nomeadamente a redução de custos, vir-se agora propor aumento de custos não me parece que seja correcto.-----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

**RUI PIRES** (Grupo da CDU) »» A minha declaração de voto tem por base o parecer jurídico que se encontra anexo a esta informação. Tudo o que está escrito, é “gato escondido com o rabo de fora”. Se o assunto só pode ser discutido em dois mil e catorze, então que o próximo executivo que vai ser eleito em Setembro, terá toda a legitimidade, nessa altura, se assim o entender, de criar este lugar de técnico superior



### Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

de museologia se o Orçamento de Estado de dois mil e catorze o permitir, já que o de dois mil e treze não o permite. Deste modo, e por não estar de acordo com esta proposta, abstive-me nesta votação. -----

#### -----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

**JOSÉ DAVID** (Presidente da Junta de Freguesia de Raposa) »» A minha a favor foi em coerência com a minha votação em Dezembro. Não discordo em nada com o que o meu camarada de Bancada Rui Pires acabou de dizer, no entanto votei no mesmo sentido que fiz na sessão de Dezembro. -----

#### -----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

**LUIS INÊS** (Grupo do PPD/PSD) »» A nossa declaração de voto vai no sentido de reiterar aquilo que disse no início deste ponto, mas também reforçar a nossa convicção fazendo nossas as palavras do Deputado Rui Pires. -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Possivelmente, esta será a última Assembleia deste mandato. Então, a mesa solicitava à Assembleia um voto de confiança para que a acta desta sessão pudesse ser hoje já aprovada em minuta, sendo a sua elaboração acompanhada por cada um dos representantes dos Grupos políticos na Assembleia. ---- É esta a solicitação que vos faço. -----

Se não existir unanimidade nesta solicitação, não irei insistir. -----

**MANUELA CUNHA** (Grupo da CDU) »» O Senhor Presidente diz que esta é a última Assembleia? Como é que faz essas contas? -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Estou a dizer que muito provavelmente será a última! -----

**MANUELA CUNHA** (Grupo da CDU) »» Mas porquê? Não há probabilidade nenhuma. – A Lei determina que há uma reunião obrigatória em Setembro, a campanha eleitoral não é incompatível com nenhuma reunião. -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» A partir do dia dezassete não se pode fazer reuniões. -----

Como não há unanimidade neste assunto, retiro-o da apreciação por não existir unanimidade entre os presentes. -----

Quem tem competências para convocar Assembleias é o Presidente da Assembleia, e eu, provavelmente não realizarei nenhuma Assembleia em Setembro. Se o fizermos, cá estaremos. -----

Passamos à intervenção do público. -----

#### -----PERÍODO DO PÚBLICO-----



## Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

(Artigo vigésimo sétimo)

**LUÍS MARQUES FERREIRA**»» Boa Noite -----

Excelentíssimo Senhor presidente da Assembleia Municipal, restantes Elementos desta Assembleia e respeitado Público. -----

A minha intervenção irá incidir sobre três assuntos, que já são correntes nas minhas intervenções: -----

Em primeiro lugar começo por vos informar que ainda não obtive resposta às questões por mim aqui levantadas, e algumas delas fazem precisamente um ano que as coloquei, pois por muito que me custe, terei de afirmar que é vergonhosa esta atitude e que se encontra bastante distanciada da democracia. -----

Senhor Presidente da Assembleia, desculpe o meu atrevimento mas é a si que lhe compete intervir na resolução deste problema, sei que poderá ser constrangedor para si tomar as devidas medidas, mas é da sua responsabilidade fazê-lo. Não nos podemos esquecer das competências e atribuições do Presidente da Assembleia Municipal e do respectivo órgão. -----

O segundo assunto incide sobre a extinção da Aldesc e todos os seus pressupostos que aqui foram aprovados em dezasseis de Novembro de dois mil e sete e por mais de cinquenta por cento dos deputados aqui hoje presentes nesta sala, pois se a proposta e os seus pressupostos não estavam correctos o que se pedia era que mesma fosse revogada numa outra assembleia e não o foi, por esse motivo podemos considerar que a decisão aprovada nesta assembleia foi legal, e ou legitimada pelos deputados que a votaram. -----

Entretanto foi criada uma comissão liquidatária na qual fizeram ou fazem parte o Senhor Presidente, o Senhor Vice-presidente e o Vereador José Carlos. -----

Na última reunião extraordinária questionei o que constava no relatório do ROC sobre o património da Aldesc, uma vez que não me foi fornecido por quem de direito a resposta, tomei a liberdade de a obter, como poderão observar no documento que a seguir vou distribuir e nomeadamente no ponto nove na segunda página que se intitula de ÊNFASE (ou seja assunto de grande importância) é o seguinte: -----

Nove - Sem modificar a nossa opinião, expressa no parágrafo número oito acima, chamamos a atenção para a seguinte situação: foi deliberado em vinte e dois de Outubro de dois mil e sete, e posteriormente rectificado em dezoito de Fevereiro de dois mil e oito, que a Empresa Municipal entraria em liquidação a partir de um de Janeiro de dois mil e oito, mediante a progressiva transferência para o Município de Almeirim das actividades desempenhadas, bem como os recursos humanos associados e os diversos



### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

contratos de fornecimento e prestação de serviços, sendo previsível a conclusão do referido processo de liquidação até ao final do primeiro Semestre de dois mil e nove. ---- Isto é o que consta no relatório e repito “mediante a progressiva transferência para o Município de Almeirim das actividades desempenhadas, bem como os recursos humanos associados e os diversos contrato de fornecimento e prestação de serviços”. -- Conjugando a proposta aprovada na Assembleia de dezasseis de Novembro de dois mil e sete e o que consta no Relatório do ROC, seria importante que as pessoas envolvidas prestassem publicamente os devidos esclarecimentos sobre a matéria. -----

O terceiro assunto como não poderia deixar de ser é sobre os tão famosos concursos para a área do desporto onde se cometeu uma das maiores fraudes contra alguns dos concorrentes, nomeadamente todos aqueles que se queixaram no decorrer dos concursos e teve não só, mas também o intuito de prejudicar os concorrentes que eram funcionários da EX-ALDESC. -----

E sobre este assunto gostava de deixar aqui as declarações do líder da bancada do PS, o Senhor deputado Veiga Dias, na discussão de um ponto da ordem de trabalhos na Assembleia de Dezembro de dois mil e onze que tratava da apreciação da actual situação laboral dos trabalhadores da ex-aldesc, a desempenharem actualmente funções para a câmara municipal. -----

E nessa altura o Senhor Deputado disse o seguinte “Relativamente a este ponto que terá a sua discussão a seguir, o Grupo do Partido Socialista, por se encontrar a decorrer um concurso de contratação de pessoal e que a sua fase de selecção ainda não terminou, que se inclui, candidatos desta empresa, e que qualquer posição que aqui possa ser assumida, nós como grupo responsável, não iremos ter qualquer intervenção no ponto, porque entendemos que podemos prejudicar o concurso e inclusivamente os próprios funcionários”. -----

Recomendo-lhe Senhor deputado como representante do grupo responsável, como o Sr. o apelidou e como presidente da comissão de avaliação dos concursos, tome então as medidas para que esses funcionários não sejam então prejudicados. Recordo que já se passaram nove meses e que esta comissão é composta por quatro juristas e o Senhor é o Presidente desta comissão. -----

Gostaria também de vos dizer que ainda não obtive resposta á pergunta que formulei nesta assembleia, se existia incompatibilidade por parte do Senhor Deputado Veiga Dias em fazer parte da comissão. -----

Pois perante o que aqui hoje e anteriormente apresentei e tendo em consideração que os desenvolvimentos sobre esta matéria, que são os que todos nós conhecemos, e tendo em conta que estamos prestes a terminar mais um mandato e que muitos dos



### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

envolvidos nestas trapalhadas não estarão cá no próximo mandato, sinto-me na obrigação de propor a todos os grupos municipais que se proceda a uma reunião extraordinária para se discutir este assunto. -----

Pois como cidadão ou grupo de cidadãos para o solicitar terei de recolher mil e cinquenta assinaturas, bem mais que um qualquer movimento para apresentar uma candidatura às autárquicas de dois mil e treze a qualquer um dos órgãos deste concelho, e digo-vos que para a assembleia municipal ou á autarquia são necessárias novecentas e cinquenta assinaturas bem menos que as mil e cinquenta. -----

Quero desejar a todos umas boas férias que certamente serão bem melhores que as dos funcionários da Ex-Aldesc, pois encontram-se particamente todos no desemprego e alguns já nem subsidio têm. -----

Muito obrigado e boa noite a todos. -----

**SÉRGIO PACHECO** »» Boa noite. -----

A minha intervenção vai de encontro á Comissão que foi criada para o acompanhamento do Procedimentos de Concursos Promovidos pela Câmara Municipal de Almeirim, no qual fui notificado no dia anove de Novembro para estar presente na Sala de Reuniões da Assembleia. Tive a oportunidade de expor relativamente ao procedimento concursal aquilo que entendi que perante o concurso publico não deveria de ocorrer, nomeadamente para me preparar para o referido procedimento concursal, não tive acesso à bibliografia mencionada no aviso do procedimento concursal. Bibliografia essa com mais de dez anos e que não se encontrava em circulação, nem na própria Biblioteca Nacional em Lisboa. Como devem calcular, criou imensa dificuldade para me prepara para este concurso. Tive oportunidade de me deslocar a esta sala a uma sessão pública da Câmara Municipal de Almeirim a cinco de Março. Curiosamente a seis de Março, fui notificado pelo Senhor Presidente da Câmara a informar-me que a bibliografia se encontrava na Biblioteca Municipal. Desloquei-me à biblioteca, a menos de trinta dias uteis para a realização da prova escrita, quando possivelmente em cento e sessenta concorrentes, já teriam acesso à bibliografia com pelos menos três meses de antecedência. Quando a Lei é clara, que diz que a partir do momento em que existe um aviso do procedimento concursal esta deve estar disponível a qualquer candidato, volto a repetir, a qualquer candidato e curiosamente quando me desloquei à biblioteca municipal não podia tirar fotocópias dos mesmos documentos, visto que a fotocopadora estava avariada, e não podia requisitar os mesmos livros na medida que só existia um exemplar dos dois livros em causa, brincadeira ou não, foi o que aconteceu. Posto isto, tentei preparar-me minimamente em condições, tive nota positiva na prova escrita mas nesta prova aconteceram algumas situações que posso considerar no mínimo caricato.



### Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Estamos perante um concurso pública, e penso que quando falamos num concurso público o mesmo deve ser direccionado a qualquer candidato dentre de todas as condições para que todos se possam prepara para o mesmo e perante tudo isto, no dia da prova escrita deparo-me com diferenciação nos critérios de diferenciação de sala onde se realizou a referida prova escrita. Isto é, ouve salas em que foi revisto toda a documentação. Ouve salas em que foi revisto toda a documentação pertencente aos candidatos, e curiosamente, noutras salas não o foi feito. Avançou a prova, e curiosamente, quando começo a fazer a prova escrita, deparou-me num grupo, com onze perguntas, a bibliografia mencionada nas onze perguntas não é a mesma que vem referenciada no aviso de procedimento concursal. Pergunto se esta situação é normal num concurso público. Curiosamente, questioneei o júri sobre este facto, o qual me responde, que efectivamente ocorreu um lapso escrito, continuando de lapso em lapso, antes de Abril, há a abertura desta Comissão. Pergunto a quem me devo dirigir, visto que já passaram quase nove meses desde que prestei aqui declarações, não fui notificado, o concurso avançou, inclusivamente, mencionei que estamos perante um concurso que apresenta três fases, a audiência dos interessados tem de ser feita no final de cada fase, o que não aconteceu. Quando reclamei por escrito, solicitei para prestar nova declaração perante o júri e para a qual não brive qualquer resposta e passados nove meses continuo sem resposta e sem saber a quem me dirigir e sem saber para que é que serviu uma Comissão. A pergunta que eu deixo é; que concurso público é este? -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Penso que não está impossibilitado de apresentarem queixa junto do Ministério Público e de recorrerem aos tribunais. Lamento que a Comissão até agora não tenha conseguido terminar os trabalhos que tinha como objectivos cumprir. De certa maneira, e não é eximir-me de alguma responsabilidade que possa ter no meio deste assunto, mas fiz até agora aquilo que devia. Solicitei a quem de direito as informações e os pedidos que me chegaram através da Comissão. Se não chegaram até agora, lamento que assim seja, mas efectivamente não posso agarrar ninguém pela orelha e obriga-lo a fazer aquilo que não pode ou que não quer. Para que não restem mais duvidas, julgo que mais do que sucessivas exposições na Assembleia Municipal, provavelmente deverão é recorrer ao Ministério Publico e ao Tribunais para resolverem alguma coisa que entendem que não está de acordo com aquilo que é a legislação. -----

Não havendo mais nada para tratar, dou por encerrada esta sessão. -----

Boa noite. -----



### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

Às vinte e três horas e vinte e cinco minutos do dia vinte e sete de Fevereiro de dois mil e treze, deu-se por encerrada a Sessão lavrando-se para constar a presente acta, que, depois de distribuída, lida e aprovada pela Assembleia vai ser assinada pelos membros da Mesa. -----

**O Presidente da Assembleia,**

---

**O Primeiro – Secretário,**

---

**O Segundo – Secretário,**

---